

diálogos

no espaço democrático



REFORMA ADMINISTRATIVA

**pode ser feita
sem mexer na
Constituição**



Conversa com

ANA CARLA ABRÃO

Doutora em Economia pela USP,
head do escritório da
consultoria Oliver Wyman no Brasil.



diálogos no espaço democrático são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

MEXER COM A ESTABILIDADE DO FUNCIONALISMO DIFICULTA A REFORMA ADMINISTRATIVA

A Proposta de Emenda à Constituição da reforma administrativa, em tramitação no Congresso Nacional, pode deixar tudo como está pelos próximos 30 ou 40 anos por pretender mexer agora com a estabilidade do funcionalismo público - um tema que deverá dificultar politicamente a sua aprovação. É o que diz a economista **Ana Carla Abrão**, em entrevista ao programa "Diálogos no Espaço Democrático", produzido em junho de 2021 pela TV da fundação do PSD e disponível em seu canal no Youtube (<https://youtu.be/ucLyQI7bpR8>)

Doutora em economia pela Universidade de São Paulo (USP), Ana Carla é *head* do escritório da Oliver Wyman - empresa americana de consultoria em gestão - no Brasil. Foi economista-chefe na Tendências Consultoria, diretora da área de controle de riscos do Itaú-Unibanco e secretária de Fazenda do Estado de Goiás.

Para ela, é possível reduzir os custos e modernizar a máquina pública sem precisar mexer na Constituição, apenas alterando a legislação comum: "Nós deveríamos começar pela revisão e racionalização das carreiras atuais, pela retirada dos privilégios inaceitáveis como promoção e progressão automáticas, auxílios, férias de 60 dias, enfim, os penduricalhos que existem".

Esta publicação contém a íntegra daquela entrevista.

Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO - Oito meses depois de chegar ao Congresso Nacional, a reforma administrativa acaba de ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Essa foi apenas a primeira fase de um longo caminho que a Proposta de Emenda à Constituição do Executivo ainda vai ter que percorrer até se tornar lei, se é que vai se tornar lei. O texto segue agora para uma comissão especial que ainda será criada e terá o prazo de 40 sessões para análise. Depois, precisa ser aprovada em dois turnos pelo plenário da Câmara e em seguida irá ao Senado, onde o processo se repetirá. Portanto, um longo trajeto ainda. Mas, pelo menos, temos um ponto de partida.

Para tratar desse tema convidamos hoje a Ana Carla Abrão. Ela é doutora em Economia pela Universidade de São Paulo, é *head* do escritório da Oliver Wyman - empresa americana de consultoria em gestão - no Brasil, foi pesquisadora do Banco Central do Brasil, economista-chefe da Tendências Consultoria, diretora da área de controle de risco do Itaú-Unibanco e secretária da Fazenda do Esta-

do de Goiás. Em abril de 2018, Ana Carla Abrão fez uma palestra aqui na fundação, na série Encontros Democráticos. O tema, na época, já era o inchaço da máquina pública, que compromete o futuro do Brasil. Ana Carla Abrão, muito bem-vinda novamente ao Espaço Democrático.

ANA CARLA ABRÃO - Muito, obrigada, Sérgio, é um prazer estar aqui novamente.

SÉRGIO RONDINO - Nós contamos também com a participação dos seguintes colaboradores do Espaço Democrático: Luiz Alberto Machado, economista; Rogério Schmitt, cientista político; Andrea Matarazzo, empresário, ex-ministro, ex-embaixador; Rubens Figueiredo, cientista político; e Vilmar Rocha, professor da Universidade Federal de Goiás e ex-deputado federal. Sejam todos bem-vindos a este diálogo.

Doutora Ana Carla, para iniciar nossa conversa, pode destacar três ou quatro pontos principais da proposta que está em discussão na Câmara dos Deputados?

...HÁ UMA SÉRIE DE CONCEITOS MUITO POSITIVOS QUE PRECISAM, SIM, FAZER PARTE DA ESTRUTURA DE GESTÃO DE PESSOAS DENTRO DO SERVIÇO PÚBLICO. MAS EU DIRIA QUE A GENTE TEM AÍ, TAMBÉM, UMA SÉRIE DE PROBLEMAS QUE VÊM COM UMA PROPOSTA TÃO AMBICIOSA E AO MESMO TEMPO TÃO LIMITADA DO PONTO DE VISTA DE ATUAÇÃO, DE INCORPORAÇÃO, TENDO EM VISTA QUE ELA NÃO ATINGE OS SERVIDORES ATUAIS.

Ana Carla Abrão - Sérgio, em primeiro lugar é um prazer estar com vocês novamente para falar do tema que, como você bem colocou, continua aí tantos anos depois da minha primeira vinda ao Espaço Democrático. A gente felizmente retoma esse assunto, que obviamente é da máxima importância. Vale falar da proposta que acaba de ser aprovada pela CCJ, embora do ponto de vista estrutural - e a gente vai ter oportunidade de falar sobre isso aqui - eu tenha várias ressalvas à proposta. Mas, basicamente, trata-se de uma emenda constitucional que parte de alguns princípios bastante claros - a gente deverá criar um novo serviço público para o Brasil. E isso passa pela criação de outros vínculos, diferentes dos que a gente tem atualmente com o regime jurídico único, que é a estabilidade do serviço público. Ou seja, a proposta abre para contratações sem estabilidade, a não ser para o que a gente definirá no futuro como carreira de Estado.

E, além disso, ela coloca alguns conceitos que são importantes. Primeiro, a vedação de uma série de penduricalhos que estão espalhados no serviço público brasileiro, mas principalmente no Judiciário, como as férias de 60 dias, aposentadoria por punição, ganhos retroativos de salários. Ou seja, uma série de penduricalhos mesmo, de adicionais salariais, de privilégios. E, além disso, também coloca a importância de termos avaliação de desempenho, crescimento na carreira com base em desempenho. Ou seja, há uma série de conceitos muito positivos que precisam, sim, fazer parte da estrutura de gestão de pessoas dentro do serviço público. Mas eu diria que a gente tem aí, também, uma série de problemas que vêm com uma proposta tão ambiciosa e ao mesmo tempo tão limitada do ponto de vista de atuação, de incorporação, tendo em vista que ela não atinge os servidores atuais.



ROGÉRIO SCHMITT - Ana Carla, você mencionou alguns limites dessa PEC. Talvez você possa explorá-los um pouco mais. Mas a minha pergunta é a seguinte: será que o bom é inimigo do ótimo? Ou seja, essa votação na CCJ mostrou que, para o bem ou para o mal, essa é a reforma administrativa possível de ser feita no atual mandato presidencial. Então, eu queria ouvir quais são as imperfeições que ela tem e se a essa altura do campeonato daria para ter algo diferente.

ANA CARLA ABRÃO - A sua pergunta é excelente, Rogério, porque de fato aborda um ponto muito importante, que é colocar essa reforma no contexto, que é o governo atual, que é o momento atual. Eu, particularmente, acho que a proposta é ambiciosa demais, ela poderia ser muito mais simples. Então, estou no outro ponto desse espectro. Ela começa pelo final. A discussão de estabilidade dentro de uma reforma administrativa é, sem dúvida nenhuma, a discussão mais sensível, mais complexa e com efeitos que são muito amplos. Então, na minha avaliação, ela é ambiciosa nesse sentido, começa pelo final, que é justamente abrir a discussão de estabi-

lidade e, portanto, abrir uma discussão do que é carreira de Estado e do que não é. E, ao mesmo tempo, ela tem essa limitação - não atinge os servidores atuais naquilo que ela própria diz que é inaceitável e cria vedação constitucional, que são os penduricalhos que eu citei. Ela diz que é inaceitável, que tem que haver uma vedação constitucional, sendo que todos esses penduricalhos hoje estão em leis infraconstitucionais - a gente não precisaria de uma reforma constitucional para resolver esse problema. E, além disso, diz que a gente pode conviver com esses penduricalhos pelos próximos 30, 40 anos. E mais do que isso: ela não atinge os membros de Poderes. Quem tem férias de 60 dias, quem tem aposentadoria por punição, quem tem retroativos sem fim, majoritariamente, são os membros de Poderes, principalmente no Judiciário.

Então, é uma reforma que claramente quis colocar o tema na agenda, mas que ficou limitada, ficou cerceada por um governo que nós sabemos que é extremamente corporativista. Ele quis proteger a sua base, mas ao mesmo tempo colocar uma reforma em pauta. Ou seja, é uma reforma que no final das contas não vai mudar nada, e eu temo que o que ela mude seja para pior, que é constitucionalizar questões que hoje poderiam ser tratadas no nível infraconstitucional.



LUIZ ALBERTO MACHADO - Na última vez em que estive no Espaço Democrático você fez duas colocações que me impactaram muito. A primeira

foi referente ao estado quase falimentar da grande maioria dos Estados brasileiros. A outra foi da sua experiência como secretária em Goiás. Disse que quando perguntavam "quanto tempo você ficou em Goiás", respondia "24 folhas" de pagamento. Ou seja, se pagasse a folha, estava ganhando o mês. Essa reforma ajuda a melhorar a situação?

ANA CARLA ABRÃO - Bom, Machado, realmente você lembrou dos meus tempos de secretária, e de fato a realidade era essa. E eu tenho certeza de que essa realidade se mantém na maior parte dos Estados brasileiros e em várias das nossas prefeituras. Ainda hoje, o que nós temos é uma gestão de pessoas no serviço público que na verdade é uma gestão de folha de pagamento, é conseguir garantir que haja recursos para pagar os servidores no final do mês. Essa reforma, em particular, não resolve nada. Na verdade, como eu disse aqui, ela é uma reforma que, na melhor das hipóteses, deixa tudo como está pelos próximos 30, 40 anos. Vamos lembrar que, ao não atingir os servidores atuais, nós teremos uma situação em que a reforma só estará em vigor, ou seja, esse novo serviço público, para novos concursados. Esses novos concursados obviamente vão ter que entrar ao longo do tempo. E não é só isso: imagine o imbróglio jurídico que se cria.

Vamos supor que essa reforma seja aprovada até o final deste ano. Ano que vem, havendo concurso, por exemplo, para a Receita Federal, teremos um auditor fiscal que entrou neste ano de 2022 e um outro que entrou, digamos, em 2019, que depois de cinco anos terão trajetórias completamente distintas. Salários, benefícios, privilégios ou não, completamente distintos. Você imagina se o auditor que entrou em 2022 não vai pedir na Justiça a equiparação com aquele que entrou em 2019 e que faz exatamente o mesmo trabalho que ele faz, mas que tem uma trajetória completamente distin-



ta. E obviamente a gente vai botar essa reforma no chão, porque a Justiça não vai equiparar aquele que entrou em 2018 ou 2019 ao novo serviço público, porque a emenda constitucional é muito clara, dizendo que só serve para os demais.

Em primeiro lugar, ela cria esse imbróglio jurídico ao não atingir os servidores atuais. E nem teria como atingir os servidores atuais porque, afinal de contas, a gente não pode tirar a estabilidade... Isso é, sim, direito adquirido de quem prestou um concurso público e ganhou a estabilidade. Então, criamos uma situação em que nada muda ao longo de toda essa mudança. A gente teria que virar toda a força de trabalho para esse novo regime. E isso, obviamente, leva tempo.

Segundo, temos que lembrar que essa é uma emenda constitucional que define conceitos. Todo o resto tem que ser regulamentado por leis complementares e leis ordinárias que sequer foram apresentados. Mesmo que a emenda constitucional seja aprovada, nada vai mudar até que se regulamentem todos esses novos conceitos que foram definidos, a começar por quem é estável e quem não é. Enquanto isso, toda a estrutura do serviço público atual, de gestão de pessoas, de cargos e salários, de carreiras, se mantém. E esse é o ponto



que eu coloco de forma muito crítica em relação a essa reforma. Se a gente começasse pela revisão das carreiras atuais, pela racionalização das carreiras atuais e também pela retirada desses privilégios que são absolutamente inaceitáveis - como a promoção e progressão automática, como todos esses extra-tetos, auxílios, todos os benefícios por tempo de serviço, isso tudo sem necessidade de emenda constitucional -, aí sim nós já conseguiríamos resolver em boa medida a pressão que existe hoje em relação às contas fiscais de Estados e municípios, que continuam se deteriorando.

Boa parte dos recursos que foram enviados no ano passado pela lei que deu socorro aos Estados em função da pandemia foi direcionada para pagamento de folha de pessoal. Eu digo, é desvio de recurso? O presidente chegou a levantar essa questão. Não é desvio de recursos, foram repassados para livre alocação. E a verdade é que os Estados não têm recursos para pagar os seus servidores. Então, obviamente esse recurso entrou para o caixa e foi absorvido pela maior conta que existe hoje em Estados e municípios, que consome 80% das suas receitas correntes líquidas, que é a despesa de pessoal. E essa reforma não muda absolutamente nada em relação a essa situação.



VILMAR ROCHA - A reforma administrativa está aí na pauta. Não acho fácil aprová-la este ano. Ano que vem é eleitoral, e ela está ainda numa fase muito inicial de admissibilidade na CCJ. Mas de qualquer sorte, vamos continuar discutindo, pressionando e demonstrando a importância da reforma administrativa para a administração pública do Brasil. A pergunta que eu quero te fazer é a seguinte: a reforma tem muitos aspectos, mas quais são os três pontos relevantes, substantivos, que você acha que devem ser atacados e votados para melhorarmos a administração pública no Brasil?

ANA CARLA ABRÃO - O que é realmente relevante numa reforma administrativa hoje? Primeiro, fazer a discussão de carreiras. O Brasil tem hoje, no nível federal, mais de 300 carreiras. Isso significa que temos uma carreira de assistente administrativo para o Ministério da Educação, outra para o Ministério do Desenvolvimento Regional, outra para o Ministério da Saúde, ou seja, foram se multiplicando carreiras que na verdade são uma só. Isso vale para o governo federal, para Estados e municípios e, portanto, a gente tem hoje centenas... mais de 100 mil carreiras distribuídas pelo Brasil.

E VAMOS LEMBRAR QUE, NA VERDADE, NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA JÁ SE PREVÊ NÃO SÓ AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, COMO A DEMISSÃO POR BAIXO DESEMPENHO. SÓ QUE ISSO É IMPOSSÍVEL, QUER SEJA O USO DO MÉRITO PARA PROMOÇÃO, QUER SEJA O USO DO BAIXO DESEMPENHO PARA A DEMISSÃO. É IMPOSSÍVEL TENDO EM VISTA QUE NÃO SE FAZ AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, OU QUANDO SE FAZ, ELA ESTÁ ABSOLUTAMENTE CAPTURADA

Cada carreira tem uma lei que define as suas atribuições, as suas reservas de mercado e, obviamente, desenha a trilha de desenvolvimento do servidor. Então, a primeira coisa que precisa ser feita é racionalizar o número de carreiras. A gente não precisa ter tantas. Uma carreira permite desempenhar, em um órgão público, uma função; mas a mesma função não pode ser desempenhada em outro órgão público porque a carreira é outra. Mesmo que as atribuições sejam equivalentes.

A segunda coisa necessária em uma reforma administrativa é estabelecer a obrigatoriedade de uma avaliação de desempenho periódica, sistemática e relativa do setor público brasileiro. As pessoas normalmente dizem "ah, mas isso é coisa do setor privado, curva forçada, avaliação de desempenho, como é que se avalia um servidor público?". Na verdade, o mundo todo avalia o serviço público. Existem modelos específicos e já consagrados de avaliação de desempenho no serviço público de vários países do mundo. Não por coincidência, daqueles que têm o serviço público mais bem avaliado no mundo.

A gente precisa entender que isso é possível e é necessário no serviço público brasileiro. Para definir o quê? Promoções e progressões por méritos, carreiras piramidais... hoje, no serviço público, todo mundo sobe. Então, há situações em órgãos públicos em que 80%, 90% da força de trabalho está em cargo de chefia, está no topo da sua carreira. Então isso gera o quê? Necessidade de fazer constantemente mais concursos para poder ocupar a base das carreiras. Sem, inclusive, poder alocar, realocar servidores de um órgão para outro, tirar de onde está sobrando e colocar onde está faltando. Justamente porque as carreiras têm essas reservas de mercado.

E vamos lembrar que, na verdade, na Constituição brasileira já se prevê não só avaliação de



desempenho, como a demissão por baixo desempenho. Só que isso é impossível, quer seja o uso do mérito para promoção, quer seja o uso do baixo desempenho para a demissão. É impossível tendo em vista que não se faz avaliação de desempenho, ou quando se faz, ela está absolutamente captura-

da. Então, a gente precisa regulamentar o artigo da Constituição para definir esse modelo de avaliação de desempenho e colocar isso em prática.

E terceiro: a gente precisa eliminar esses penduricalhos como a promoção e progressão automática, como as férias de 60 dias, como a permissão para

que o servidor público fique até 90 dias de licença, para fins de uma candidatura a um cargo eletivo, mas recebendo salário. Ou seja, há uma série de dispositivos que foram sendo introduzidos nas leis de carreiras e deram margem a situações que, temos que convir, não são compatíveis com um país que

precisa crescer, que precisa ter recursos alocados de forma eficiente e que é extremamente desigual.

Então, esses três são, doutor Vilmar Rocha, os elementos principais de uma reforma administrativa. Lembrando mais uma vez que nada disso precisa de PEC para ser feito.



RUBENS FIGUEIREDO - No livro *Reforma do estado brasileiro*, organizado por Fabio Giambiagi e outros, existe um texto de sua coautoria que trata da gestão de recursos humanos no poder público. Nele, há um gráfico que mostra quais são as medidas que deveriam ser tomadas para melhorar a gestão de pessoal. E 43% dependem de projetos de lei, mas outros 53% dependem de outras iniciativas. Eu gostaria que a senhora explicasse o que dá para ser feito sem passar pelo Congresso e o que dá para ser feito para acelerar a reforma administrativa no que diz respeito à gestão de pessoal.

ANA CARLA ABRÃO - Excelente ponto, porque de fato a gente precisa lembrar disso. Não é necessário, do ponto de vista federativo, que se faça uma reforma federal que condicione reformas estaduais ou que atinjam reformas estaduais. Na verdade, a nossa estrutura federativa, inclusive no que tange a assuntos vinculados à gestão de pessoas, dá competência para Estados, municípios e governo federal fazerem as suas próprias refor-

mas. A relação funcional entre o servidor público e o Estado é definida no nível federativo. Então, o servidor público federal depende de reformas que devem passar pelo Congresso Nacional. O mesmo vale para os estaduais e suas Assembleias Legislativas e os municipais e as Câmaras de Vereadores.

Então, um prefeito, um governador, tem total competência para apresentar uma reforma administrativa, uma revisão de carreiras, a aplicação de avaliação de desempenho, independentemente da reforma que aconteça no governo federal. Tanto é que nós temos exemplos de situações como essa, como é o caso do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que fez uma reforma administrativa bastante ampla em 2019 e que inclusive já colhe os frutos dessa reforma. Vamos lembrar que a reforma, embora tenha um impacto fiscal muito rápido, tem como objetivo principal garantir a melhoria da gestão de pessoas no serviço público e, portanto, da qualidade dos serviços públicos. Isso é possível fazer no nível estadual e municipal, independentemente da reforma federal.



ANDREA MATARAZZO - O que será preciso para convencer os parlamentares da Câmara e do Senado sobre a importância e a urgência de uma



reforma administrativa, de uma redução drástica de custos de governo, para que o Brasil possa avançar? Nós, que já trabalhamos em governos, sabemos que existe enorme espaço para redução de custos. Mas o que é preciso fazer para que o Congresso pense na próxima geração e não na próxima eleição?

ANA CARLA ABRÃO - Essa talvez seja a pergunta mais difícil para ser respondida. Eu estou aqui no Espaço Democrático, em um ambiente onde a gente estuda e fomenta o uso da boa política como mecanismo de mudança. E digo, Andrea, que a gente precisa é de diálogo. O que a gente precisa é de liderança política para levar adiante uma reforma dessa complexidade. Porque, de fato, o que nós temos hoje é uma pressão enorme dos sindicatos - legítima, absolutamente legítima - evitando ou resistindo a uma reforma, mas eu mesma, em todas as interlocuções que tive com sindicatos

de servidores públicos e com a própria frente parlamentar de defesa do serviço público, sempre entendi que também pelo lado deles a necessidade de uma reforma é premente.

Porque, afinal de contas, nós sabemos que hoje, se o cidadão sofre com uma baixa qualidade dos serviços públicos, o servidor público sofre com péssimas condições de trabalho. É o policial que está nas ruas e está com a sua vida ameaçada porque ele não tem o armamento correto, porque ele não tem condições de trabalho adequadas. É o médico que está no posto de saúde ou no hospital público sem condições de atender adequadamente o paciente, o cidadão que lá chega. É o professor que está na sala de aula com o teto da escola caindo sobre a cabeça dos seus alunos e de si próprio. Então, o que a gente precisa é, acima de tudo, trabalhar o convencimento, mostrar para a sociedade, para os servidores, para os agentes políticos, a importância da reforma administrativa para todos.

Há aqueles que sempre resistirão porque, afinal de contas, é preciso, sim, atingir privilégios que são absolutamente inaceitáveis. Isso é a casta do serviço público. A grande maioria, a base do servidor público hoje, não ganha bem, não tem condições de trabalho, não está adequadamente capacitada. E, obviamente, entendendo que essa reforma lhe trará esses benefícios, ele é parte desse processo. Agora, para isso a gente precisa, sim, de lideranças, a gente precisa do debate público, a gente precisa amadurecer os fatos, as evidências, e trazer uma proposta que permita essa convergência, que não é o caso da proposta que a gente tem hoje na mesa. Porque se partimos do princípio que acaba com a estabilidade para todos, a não ser carreira de Estado, já criamos uma situação em que se abre o flanco para discussões de “ah, mas querem desmontar a máquina pública, querem tirar a estabilidade para poder colocar pessoas que não necessariamente estarão direcionadas ou motivadas por espírito público, tirar a estabilidade abre a possibilidade para pressões políticas”. Deslocamos o debate para tudo aquilo que a gente não quer. O que a gente quer é a melhoria dos serviços públicos. O que a gente quer é capacitar os nossos servidores. O que a gente quer é racionalizar as carreiras. O que a gente quer é garantir que seja feita a gestão de pessoas para ter um resultado melhor. E, infelizmente, tudo isso, na proposta que está colocada pelo governo, é secundário.

A gente nem chega lá porque a discussão parte de quem é estável e quem não é estável, e por que determinadas categorias podem perder a estabilidade. Eu até acho que essa é uma discussão que precisa ser feita em algum momento, mas primeiro a gente precisa organizar essa estrutura caótica. A gente precisa ter carreiras que, sim, vão ser identificadas como carreiras de Estado, outras carreiras-meio, outras carreiras-finalísticas. Estabelecer uma convergência, uma coordenação entre esses diversos conjuntos de

carreiras, definir, sim, como a gente capacita as pessoas, como demite as pessoas por baixo desempenho - após constatado o baixo desempenho.

Então, há uma agenda enorme, mas que merece o diálogo, que precisa ser debatida e que precisa levar para dentro do Congresso Nacional evidências e fatos, obviamente, liderados a partir de uma proposta que seja mais palatável.

ROGÉRIO SCHMITT - No ano que vem teremos eleição presidencial e eu não sei se o tema da reforma administrativa será debatido na campanha. Possivelmente não, quiçá fosse. Mas uma certeza eu tenho: quem quer que seja o próximo presidente enfrentará a agenda da reforma administrativa, pois acho que ela vai continuar também no próximo mandato presidencial. A minha pergunta é mais prospectiva: a gente conhece as afinidades, vamos chamá-las assim, entre as entidades representativas do serviço público, dos servidores públicos, e os partidos mais à esquerda do espectro político. Supondo que a próxima eleição seja vencida por um candidato ligado a esses partidos do campo da esquerda, como mostram hoje as pesquisas de intenção de voto, como você acha que esse fato - termos novamente um presidente mais à esquerda - poderia afetar a reforma administrativa do próximo período presidencial?

ANA CARLA ABRÃO - Bom, Rogério, eu concordo com você. De fato, historicamente, quando a gente olha para as reformas administrativas que aconteceram - a nossa última foi em 1998, no governo Fernando Henrique, e a partir daí nunca mais se falou em reforma administrativa - historicamente há uma identificação entre os partidos de esquerda e os sindicatos de servidores públicos, das categorias dos servidores públicos. Mas eu confesso a você que estamos num governo dito liberal e um governo extremamente corporativista. Então,



A GENTE PRECISA TER CARREIRAS QUE, SIM, VÃO SER IDENTIFICADAS COMO CARREIRAS DE ESTADO, OUTRAS CARREIRAS-MEIO, OUTRAS CARREIRAS-FINALÍSTICAS. ESTABELECEER UMA CONVERGÊNCIA, UMA COORDENAÇÃO ENTRE ESSES DIVERSOS CONJUNTOS DE CARREIRAS, DEFINIR, SIM, COMO A GENTE CAPACITA AS PESSOAS, COMO DEMITE AS PESSOAS POR BAIXO DESEMPENHO - APÓS CONSTATADO O BAIXO DESEMPENHO.



dentro do meu otimismo, espero que a gente, de fato, a partir do amadurecimento desse debate, consiga avançar, sim.

Até porque essa reforma não se faz em três meses, nem em seis meses, nem em um ano. Inclusive, eu, Carlos Ari Sundfeld e Armínio Fraga preparamos uma proposta de reforma administrativa muito na linha do que eu coloquei aqui para vocês, que parte da racionalização de carreiras. É feita a partir de um projeto de lei complementar, e que vem muito mais ao encontro do debate que hoje se trava com os sindicatos do que, mais uma vez, uma emenda constitucional que mexe com estabilidade, com a estrutura, com a linha mestra do serviço público atual. Eu sou otimista nesse sentido, tendo em vista que a melhoria dos serviços públicos, principalmente os básicos de educação, saúde e segurança, é uma pauta inquestionável.

Isso passa, necessariamente, pela valorização dos servidores públicos, principalmente esses da base da pirâmide - professores, policiais, médicos - e isso só se dará no momento em que a gente conseguir racionalizar o atual modelo. Eu realmente sou otimista. Acho que independentemente do viés ideológico que venha a vencer as eleições no próximo ano, essa é uma pauta que deve se manter, sim. O Congresso Nacional está muito comprado com essa reforma, está muito comprometido com essa reforma.

O que a gente não tem hoje é justamente uma liderança. Vamos lembrar que o presidente da República é contra a reforma administrativa. Ele acabou enviando essa reforma por pressão do mercado, por convencimento do ministro Paulo Guedes, mas ele próprio é contra a reforma. Ele que picotou a reforma, inclusive, e tornou ela mais inconsistente. Então, realmente eu tendo a não associar tanto ao espectro ideológico do próximo governo, talvez por otimismo, porque eu acho que realmente a gente precisa fazê-la. Mas acima de tudo porque

a gente tem hoje uma situação que deveria ser absolutamente propícia para a reforma, tendo em vista a agenda liberal, que foi colocada na eleição do atual presidente e que, sabemos, não caminhou e não caminhará.

LUIZ ALBERTO MACHADO - Essa sua última frase é perfeita, Ana Carla. Enquanto o Rondino, o Rogério, o Vilmar e o Andrea focalizam muito a questão pelo ângulo político, a minha cabeça está muito voltada para a economia. Portanto, tendo ainda como pano de fundo a situação fiscal da União, dos Estados, dos municípios, agravada pela pandemia, não podemos esquecer deste aspecto, e considerando que a reforma administrativa seja aprovada com todas essas limitações que você apontou, quão essencial é a aprovação da reforma tributária, que tramita paralelamente, para que o quadro fiscal se torne mais saudável?

ANA CARLA ABRÃO - Machado, eu vejo a reforma tributária como uma reforma de produtividade, de eficiência. É claro que ela tem, sim, como resultado resolver distorções do nosso sistema tributário, do ponto de vista de progressividade, mas eu te diria que eu não vejo a reforma tributária com impacto significativo do ponto de vista fiscal, a não ser que a gente caminhe para uma situação de aumento de carga tributária efetivamente, e isso é algo que eu sou absolutamente contrária. Isso não quer dizer que a gente não tenha que redistribuir a carga entre os diversos setores da economia para garantir essa efetividade, essa produtividade, essa maior progressividade. Mas eu não vejo o sistema tributário sendo reformado e diretamente impactando a nossa situação fiscal.

Ele impactará porque a gente conseguirá crescer mais, vamos ter melhor alocação, melhor eficiência da economia, melhor produtividade. Mas eu não consigo ver o sistema tributário, a reforma tri-

butária, com impacto direto sobre a nossa situação fiscal. Por isso eu digo: a reforma administrativa também traz produtividade, eficiência, melhoria dos serviços públicos, e também pode trazer melhora fiscal. Por isso eu inclusive acho que as duas têm que andar paralelamente, embora sejam duas reformas complexas, mas estou convencida de que o Congresso Nacional tem como avançar no debate dessas duas reformas. O que, mais uma vez, exige liderança, exige uma agenda muito bem definida e exige uma proposta que seja consensada pelo menos pelo governo, porque senão ela não avança a contento no Congresso Nacional.

LUIZ ALBERTO MACHADO - Pelo que você entende, Ana Carla, esse consenso dentro do governo não existe?

ANA CARLA ABRÃO - Não, nem na reforma tributária, nem na reforma administrativa. E não é a à toa que a gente tem uma bateção de cabeça que evita que isso avance. Já é complexo dentro do Congresso Nacional, mas eu tenho certeza, também, de que - e isso todos aqui sabem melhor do que eu - se uma proposta chega sem consenso por parte do governo, cria dificuldades adicionais ao seu avanço.

SÉRGIO RONDINO - Doutora Ana Carla, o espaço agora é seu para um recado final, se desejar.

ANA CARLA ABRÃO - Eu quero, em primeiro lugar, agradecer pela oportunidade. Eu tenho sido uma grande ativista, defensora do tema da reforma administrativa já há muitos anos. Mas eu quero encerrar com uma mensagem de otimismo. Apesar de todas as minhas críticas à proposta atual, eu acho que tem uma questão que é muito positiva, ou seja, estamos discutindo a reforma.

Como eu disse aqui, essa é uma reforma complexa e levará muito tempo para que de fato a gente tenha os seus resultados concretos surgindo, mas ela precisa começar. A gente precisa começar a debatê-la, a gente precisa mantê-la na agenda para que sim, chegue a um consenso em relação a como o Estado brasileiro precisa ser reformado. Então, a mensagem que eu deixo aqui é de otimismo, nessa direção.

Acho que pelo menos temos uma agenda de debates e temos o avanço de uma discussão que levará tempo, exigirá um esforço muito grande, inclusive do ponto de vista político, mas que certamente, se for mantida essa urgência, essa necessidade e esse debate, nós chegaremos onde precisamos, que é de fato ter um Estado brasileiro que entregue serviços de melhor qualidade, que seja mais produtivo, mais eficiente, que nos ajude a combater o nosso maior problema, que é a desigualdade social, e permita que os nossos servidores se sintam orgulhosos e valorizados. Muito obrigada.



SÉRGIO RONDINO - Ana Carla, nós é que agradecemos por compartilhar os seus conhecimentos com a competência de sempre aqui com os nossos espectadores e leitores. Eu agradeço também ao Rogério Schmitt, ao Luiz Alberto Machado, ao Vilmar Rocha, ao Rubens Figueiredo e ao Andrea Matarazzo pela participação. Até o próximo diálogo no Espaço Democrático.



<p>Presidente Alfredo Cotait Neto</p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo</p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais Vilmar Rocha</p> <p>Secretária Ivani Boscolo</p> <p>Diretor Superintendente João Francisco Aprá</p>	<p>Conselho Consultivo</p> <p>Presidente Guilherme Afif Domingos</p> <p>Conselheiros Alda Marco Antonio André de Paula Antonio Anastasia Cláudio Lembo Georgiano Neto Otto Alencar Ricardo Patah</p>	<p>Conselho Superior de Orientação</p> <p>Presidente Gilberto Kassab</p> <p>Conselheiros Antonio Brito Belivaldo Chagas Carlos Massa Ratinho Junior Domingos Aguiar Neto Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Omar Aziz Robinson Faria Samuel Hanan</p>
---	---	--



www.espacodemocratico.org.br